

UM OLHAR SOBRE AS EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS.

PAULO CÉSAR DOS SANTOS*

Um observador, em inícios do século XX, olhando de forma retrospectiva para as exposições industriais do século XIX faz um balanço que nos lembra a máxima hegeliana onde “a coruja de Minerva vò apenas no crepúsculo”. Em 1901, Geralt elaborava suas idéias em *Les expositions Universelles au point de vue économique* onde apresenta sua síntese sobre os eventos denominados Exposições Universais:

A primeira vantagem e a mais importante que se tira das exposições, segundo seus defensores, consiste em um crescimento formidável de nosso comércio exterior. As exposições são o meio prático oferecido aos industriais de revelar os progressos que atingiram e de afirmar sua superioridade (...). As exposições oferecem um meio de propaganda excelente: bem mais que os prospectos, bem mais que os anuários, mais mesmo que os viajantes de comércio, elas são capazes de agir sobre o espírito da clientela possível e de produzir uma profunda impressão sobre o comprador do estrangeiro, que é posto em contato com o produto, permitindo-lhe examinar e comparar os produtos que ele ignorava e ignoraria sempre sem elas (GERALT *apud* TAKEYA: 1995, 27).

Geralt apresentava o “ponto de vista econômico” como sendo uma questão central a ser percebida nos eventos expositivos, mas ele também enumera outra série de elementos que nos servem para entender as exposições. Anuários, viajantes, comparações e propagandas serviam como discursos que objetivavam e diziam sobre produtos, riquezas e objetos reunidos e mostrados ao público. Mostrava-se nestes eventos o progresso industrial e a superioridade das potências imperialistas, reservando assim um lugar para todas as nações do globo onde o ato de conhecer também era um fator político. Basta lembrar que na virada do século XIX para o XX as potências imperialistas da Europa disputavam mercados consumidores e fornecedores de matérias-primas para sua indústria, e nessa busca se fez um processo totalizador onde os países mais avançados industrialmente dominavam nações menores. Entre os anos de 1815 e 1914, o domínio colonial direto dos europeus expandiu-se de 35% para cerca de

* Doutorando em História Social Na Universidade Federal do Ceará. Bolsista Capes-Reuni.

85% da superfície da terra. Todos os continentes foram afetados, e nenhum mais que a África e a Ásia (SAID, 2007: p. 74). O avanço imperialista exigia administração racional de seus territórios com relatórios constantes da situação política e das riquezas naturais de cada possessão. Foi partindo desse pensamento administrativo e imbuído do espírito iluminista de conhecer que as Exposições Universais configuraram como um meio vantajoso para reunir um único lugar as riquezas espalhadas em muitas colônias e em milhões de quilômetros quadrados.

A Exposição de Londres de 1851 entrou para a crônica da história da ciência e da tecnologia pelo fato de ter sido a primeira exposição de caráter “internacional” e por ter sido capaz de criar e modelar todo um imaginário de modernidade. A maior lembrança que ficou desta exposição foi o Palácio de Cristal, estrutura em ferro e vidro construído em apenas um ano. O prédio mostrava não apenas os usos de novos materiais como também o da técnica que permitia agir sobre o espaço-tempo, criando uma nova sensibilidade. No decorrer da segunda metade do século XIX outros prédios tão grandiosos foram construídos para sediarem as exposições, mas nenhum deles seria tão recordado como o Palácio de Cristal, com sua estrutura de ferro e vidro mostrando firmeza, maleabilidade e transparência, tudo em apenas uma estrutura. Marshall Berman em suas reflexões em *“Tudo que é sólido desmancha no ar”* analisa o Palácio de Cristal como sendo símbolo da modernidade. A estrutura gigantesca que poderia ser desmontado com a mesma facilidade com que foi montado simbolizava a modernidade onde tudo se volatiliza:

O tom do edifício é pomposo e solene; a mensagem que proclama é não somente o ápice histórico, mas também de totalidade cósmica e imutabilidade [...]. Em sua relação com a natureza, o palácio antes envolve que oblitera; grandes árvores antigas, ao invés de serem cortadas, são contidas dentro do edifício onde [...] crescem maiores e mais saudáveis que nunca. Além disso, longe de ter sido projetado com árido cálculo mecânico, o palácio de Cristal é, realmente a construção mais visionária e ousada do século XIX. Apenas a ponte do Brooklyn e a Torre Eiffel, uma geração mais tarde, fariam frente a sua expressão lírica das potencialidades da era industrial (BERMAN, 1987: p. 224).

Os prédios faziam parte do próprio espetáculo da nova era tecnológica que as exposições pretendiam forjar. A cada nova Exposição, surgia um novo prédio ou monumento para mostrar o progresso material da cultura ocidental. Vale destacar que a

Torre Eiffel foi construída para a Exposição Universal de 1889 em Paris. O Palácio de Cristal ficou no imaginário dos contemporâneos pelo estilo alegórico (ou fantasmagórico) e pela vertigem que o mesmo causava. “Um recinto quase perturbador dos sentidos”, como definiu um observador brasileiro enviado pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional à Inglaterra para estudar a exposição. Outro visitante exclamaria:

(...) que espetáculo aquele! Nenhum lápis ou pincel podem retratá-lo; a linguagem não pode descrevê-lo adequadamente. Um palácio de ferro e vidro, de magnitude estonteante, como o mundo ainda não havia testemunhado e que pode ser definido como uma das maravilhas da humanidade. Eu estava atônito do lado de fora do edifício, mas ao entrar pela porta do transepto sul deparei-me com uma visão que me deixou perplexo. As melhores criações da arte e da ciência de praticamente todos os povos do mundo civilizado colocavam-se diante de mim. Com a vista estonteada, não sabia que direção tomar (*Apud* TURAZZI: 1995, p. 44).

As Exposições Universais eram grandes laboratórios exibicionistas. Buscava-se mostrar (e dar a ver) o que as nações haviam feito de progresso industrial e procuravam-se novos maquinários que pudessem servir de incentivo ao avanço tecnológico. As Exposições tinham um caráter pedagógico e imperialista. O caráter universal do evento se ajustava a um novo projeto político que se forjava no século XIX, aliando nacionalismo e burguesia. Esta, desejosa de implantar sua visão de mundo e orgulhosa de si mesma, congratula-se com o planeta em expansão comercial. Tudo materializado em discursos, prédios e fotos. Os prédios dos eventos que sediavam as exposições também podiam circular o mundo através de fotos vendidas durante o evento. A grandiosidade dos prédios que abrigavam as exposições tornaram-se parte da documentação sobre o tema e sendo até mesmo objeto de pesquisas (DANTAS: 2010). Mas em todas as reflexões sobre as exposições e seus prédios o Palácio de Cristal toma lugar central.

As feiras com caráter de exposição e comércio já vinham sendo praticadas desde o fim do século XVIII na França e início do XIX na Inglaterra. Mas eram eventos locais, com interesses mais regionais de trocas comerciais e incrementos na agricultura e indústria e não incluíam as técnicas úteis descobertas e usadas nas colônias. Mas em 1851 a Inglaterra resolveu dar um caráter mais cosmopolita a estes eventos reunindo

alguns outros países e suas possessões, marcando assim o que se denominou à época de “Grande Exposição de trabalhos da indústria de todas as nações” (The Great Exhibition of the Work of Industry of All Nations), participando deste primeiro evento vinte e cinco países e 15 colônias inglesas (LOPES: 2007, p. 14). Entre os anos de 1851 e 1900 seriam realizadas dez grandes exposições universais e cada uma pretendendo ser mais universal que a outra. Observando as informações sobre o “progresso” feito por cada Exposição Universal na segunda metade do século XIX podemos ter uma melhor dimensão dos eventos:

ANO	LUGAR	NÚMERO DE VISITANTES	NÚMERO DE EXPOSITORES	SUPERFÍCIE DE EXPOSIÇÃO
1851	LONDRES	6.039.195	13.937	8,4 hectares
1855	PARIS	5.162.330	20.839	9,9 hectares
1862	LONDRES	6.211.103	28.653	9,5 hectares
1867	PARIS	11.000.000	43.217	14,9 hectares
1873	VIENA	7.254.687	25.760	16,2 hectares
1876	FILADÉLFIA	10.165.000	60.000	30,3 hectares
1878	PARIS	16.032.725		22,5 hectares
1889	PARIS	32.250.297	61.722	21,2 hectares
1893	CHICAGO	27.800.801		81,0 hectares
1900	PARIS	50.800.801		46,0 hectares

FONTE: WERNER PLUM. *Exposições Mundiais no Século XIX*, 1979, p. 61.

Os números da tabela vão todos em sentido crescente: visitantes, expositores e hectares ocupados. Cada evento trazia para seus pavilhões um lugar do mundo para ser visto e conhecido, apresentado e mapeado dentro da nova ordem capitalista em formação. Olhando, assim como Geralt, de forma retrospectiva, podemos fazer outras observações sobre as exposições. Werner Plum as percebe como tramas de fenômenos sociais interdisciplinares:

As exposições industriais foram cenários da história social interdisciplinar. Tornaram transparente a complexidade de fenômenos sócio-culturais, já que nas exposições entreteciam-se em estreita interconexão, informações

industriais, formação técnica, comunicações, congressos e movimentos internacionais, artes plásticas, assim como também manifestações de colonialismo (PLUM: 1979, p. 60). [Grifo no original].

Werner Plum nos oferece não apenas uma complexa visão do que seriam as exposições industriais no século XIX como também oferta uma perspectiva de estudo: como história social interdisciplinar. Para explicar o emaranhado de fenômenos sociais envolvidos nos eventos expositivos, tais como informação técnica, produção de estatísticas, comunicação e imperialismo se faz necessário um olhar interdisciplinar dentro dos parâmetros teórico-metodológicos da história social. Sandra Jatahy Pesavento usando da interdisciplinaridade como mote investigativo (valendo-se dos aportes teóricos da História Cultural) assim caracteriza as exposições universas:

Como missão manifesta, elas objetivavam informatizar, explicar, inventariar e sintetizar. Partilhando da preocupação enciclopédica vinda do século das luzes, de tudo catalogar, classificando segundo critérios científicos, as exposições receberiam ainda os influxos de uma proposta comtiana, nascida no século XIX e que identificava a difusão dos saberes, como um dever positivista. Catálogo do conhecimento humano acumulado, síntese de todas as regiões e épocas, as exposições funcionavam para seus visitantes como uma “janela para o mundo”. Ela exibia o novo, o exótico, o desconhecido, o fantástico, o longínquo. Nelas se exibiam as mais complexas máquinas, os mais recentes inventos, classificados cuidadosamente e organizados segundo preocupação didática e enciclopédica (PESAVENTO: 1997, p.45).

Sandra Jatahy Pesavento, assim como Plum, percebe as exposições em sua interdisciplinaridade, sendo elas parte integrante de um discurso advindo do pensamento iluminista, mas também sendo elas próprias geradoras de discursos do tipo positivista. Congregando a vontade de catalogar as riquezas espalhadas pelo mundo e instrumentalizar este saber para o progresso da humanidade, através das intervenções na sociedade e na natureza, as exposições tem cada vez mais seu caráter cosmopolita arregimentado. O aforismo “Também na totalidade do mundo abre-se para nós uma comunidade”, escrito na medalha de premiação da grande exposição de 1851, parece sintetizar a política imperialista onde o avanço das potências europeias abre para si comunidades consumidoras de seus produtos como também para os países colonizados que buscam através de suas metrópoles mecanismos para receber o sol da ciência e do progresso que nasce para todos. Esta dialética se mostraria perversa no decorrer da história.

A exposição de 1851 foi o primeiro ensaio de uma série de eventos expositivos que a cada “edição” arrastaria para o centro dos países europeus em desenvolvimento o desejo de expandir seu comércio e travar contato, não apenas com consumidores, mas com produtos até então desconhecidos. Geralt associava as exposições ao aumento do comércio, mas ele não deixa explícito como se daria o funcionamento entre uma coisa e outra. Para que as Exposições Universais cumprissem seu projeto “mercantil” era preciso que elas fossem também internacionais, sendo necessário, portanto, a integração de várias nações de continentes diversos, naturezas diferentes e estágios de desenvolvimento industriais variados. Não é por acaso que em toda a segunda metade do século XIX os termos *Universais* e *Internacionais* correriam em paralelo. Os franceses apresentavam as exposições com o primeiro termo e o mundo anglo-saxão com o segundo. A contenda parece sem sentido, mas uma tipologia das palavras e seus usos podem esclarecer melhor a discordância entre os termos usados. O termo *internacional* aglutinava a ideia de uma exposição composta por vários países do globo. Esta união entre as nações já sugeria também uma divisão/separação. *Universal* sugeria a união entre as nações numa humanidade única. Esta contenda apenas seria resolvida na virada do século quando em Paris, em 1900, e Bruxelas, em 1910, passaram a adotar o termo *Exposição Universal e Internacional* (LOPES: 2007, p. 13).

A contenda entre os termos se fez presente desde Exposição de 1851 em Londres, pois esta ao realizar uma exposição dos “trabalhos industriais de todas as nações” distribuiu os artigos expostos em quatro grupos: matérias-primas, produtos manufaturados, maquinaria e “artes liberais” ou “mecânicas”, não incluindo uma seção dedicada as artes o que causou reclames por toda a Europa. Na Exposição francesa de 1855 o caráter *Universal* se manifesta ao nela se expor “todos os campos da atividade humana”, incluindo a pintura e tendo um pavilhão para as belas artes (TURAZZI: 2009, p. 86).

Se havia discordâncias iniciais entre a iniciativa inglesa e francesa esta discordância semântica mais unia do que separava, posto que também havia pontos de convergências nas exposições, pois elas compartilhavam de um projeto em comum: a internacionalização dos produtos industriais e a comunhão entre os diversos países. Os

eventos expositivos tornaram-se um meio de contato entre os países “avançados” e os “atrasados”, entre países industriais e fornecedores de bens primários, entre metrópole e colônia. Este desejo de integração entre as várias regiões do mundo, entre as potências europeias e o “restante” do mundo acabou por acelerar a concentração de capitais e de poder de decisão entre poucas nações (HOBSBAWN: 2011, p, 2).

Olhando de forma mais detalhada o número de exposições que se seguiram a de 1851 podemos fazer uma relação mais clara entre as exposições e os anseios em busca de mercados pelos países industrializados. A lista a seguir descrita contempla apenas as dez maiores exposições. Ela foi elaborada por Werner Plum e desde então a historiografia segue sua delimitação. Muitas outras exposições de “porte menor” aconteceram em todo o século XIX seguindo ainda nos séculos XX e XXI.

EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS		
ANO	CIDADE	PAÍS
1851	Londres	Inglaterra
1853	Nova York	EUA
1853	Dublin	Irlanda
1855	Paris	França
1862	Londres	Inglaterra
1867	Paris	França
1873	Viena	Áustria
1874	Dublin	Irlanda
1876	Filadélfia	EUA
1878	Paris	França
1883	Amsterdã	Holanda
1884	Nova Orleans	EUA
1885	Antuérpia	Bélgica
1886	Londres	Inglaterra
1886	Melbourn	Austrália
1888	Glasgow	Escócia
1889	Paris	França
1893	Chicago	EUA
1894	San Francisco	EUA
1895	Atlanta	EUA
1897	Bruxelas	Bélgica
1900	Paris	França
1901	Bufallo	EUA
1904	Saint Louis	EUA
1905	Liège	Bélgica
1906	Milão	Itália
1907	Dublin	Irlanda

1907	Hampton Roads	EUA
1909	Seattle	EUA
1910	Bruxelas	Bélgica
1911	Turim	Itália
1913	Ghent	Bélgica
1915	São Francisco	EUA
1922	Rio de Janeiro	Brasil
1924	Wembley	Inglaterra
1925	Paris	França
1926	Filadélfia	EUA
1929	Barcelona	Espanha
1930	Sevilha	Espanha
1930	Antuérpia	Bélgica
1930	Liège	Bélgica
1931	Paris	França
1933	Chicago	EUA
1935	Bruxelas	Bélgica
1937	Paris	França
1939	Nova York	EUA
1939	São Francisco	EUA
1958	Bruxelas	Bélgica
1862	Seattle	EUA
1964	Nova York	EUA
1967	Montreal	Canadá
1968	San Antonio	EUA
1970	Osaka	Japão
1974	Spokane	EUA
1975	Okinawa	Japão
1982	Knoxville	EUA
1984	Nova Orleans	EUA
1985	Tsukuba	Japão
1986	Vancouver	Canadá
1988	Brisbane	Austrália
1992	Sevilha	Espanha
1992	Genova	Itália
1993	Taejon	Coréia do Sul
1998	Lisboa	Portugal
2000	Hanover	Alemanha
2005	Aichi	Japão
2008	Zaragoza	Espanha
2010	Xangai	China
2012	Yeosu	Coréia
2015	Milão	Itália

FONTE: Dantas: 2010, p. 23.

Uma abordagem geral das exposições entre os séculos XIX e XXI nos oferece uma aula de geografia. Novos países entram em cena e outros nunca aparecem. O Brasil

foi o único país em toda a América Latina a sediar uma Exposição Universal e talvez a justificativa maior não fosse nada além do que comemorar o centenário da independência. No século XIX os Estados Unidos sediaram seis exposições, França cinco e Inglaterra três. No século XX os Estados Unidos sediaram quinze exposições e o Japão e a China entram no cenário. A Itália sedia sua primeira exposição já no fim do século XIX, fato que se justifica por sua tardia unificação.

Os países que mais sediaram exposições buscavam mercados consumidores para suas mercadorias e novos fornecedores de matérias-primas, já os países com menor potencial industrial buscavam mecanismos para se inserirem no sistema fabril. Um dos problemas do capitalismo do século XIX não era apenas encontrar produtores e aumentar sua força de produção. Sua demanda emergencial era descobrir consumidores espalhados pelo mundo. Esta relação entre países ricos em condições de realizar e bancar os gastos com as Exposições resvala-se nos países fornecedores de matéria-prima que viam nestes Eventos uma oportunidade de oferecer seus produtos agrícolas e compartilhar das últimas descobertas científicas.

Desde a “Grande Exposição de trabalhos da indústria de todas as nações” , em 1851, vários países parecem usar das exposições como uma arena onde os Estados-nações deviam se apresentar dentro da ordem capitalista que pregava a industrialização como via para o progresso da humanidade. Cada evento era oportuno para mostrar-se dentro desta ordem discursiva. Tantos os interesses dos países participantes como os contrastes entre as nações deixavam as tensões muito evidentes:

As hierarquias resultantes retratavam um mundo onde as raças, os sexos e as nações ocupavam posições fixas a eles atribuídas pelos comitês dos países anfitriões das exposições. As formas pelas quais as culturas não ocidentais eram apresentadas nas fileiras se definiam a partir dos arranjos sociais já estabelecidos na cultura “anfitriã” (...). Assim, é importante descrever os parâmetros, pois eles colocavam os padrões de representação nacional e proporcionavam os canais de expressão cultural que poderiam modelar o conhecimento produzido pelas exposições (KINNEY *Apud* SAID: 2011, p.200). [Grifo nosso].

Se as exposições realizavam o contato entre norte-sul e leste-oeste, cabe-nos indagar como funcionava os mecanismos que aproximava e distanciava o contato entre países tão diversos e como esta tensão se apresentava nos prédios das exposições. Os

pavilhões das exposições apresentavam-se como sendo territórios dos próprios países participantes, cores, cheiros e tipos estavam espalhados por espaços que apresentavam partes do mundo inteiro aos visitantes, sendo a própria visita uma sensação de deslocamento pelo globo, porque visitar as galerias era literalmente dar a volta ao mundo (em apenas algumas horas).

Cada país buscava trazer para o seu pavilhão toda a nação que representava, sendo este desejo enciclopédico de tudo mostrar maior que o espaço disponível. Os arranjos dos objetos nas exposições, assim como os próprios prédios faziam parte do espetáculo, onde a mercadoria passaria a ser o centro das atenções. Mas na ânsia incansável de se expor do industrial ao exótico, caía-se numa estranha arrumação, numa vertigem causada pelos objetos arrumados e ao mesmo tempo amontoados. O engenheiro André Rebouças, enviado pelo governo à Exposição de Viena em 1873, reclamava que a “exposição de Viena não tinha caráter algum civilizador; era simplesmente um imenso bazar de todos os povos do mundo” (*apud* HARDMAN: 1991, p. 82). As exposições realizavam a aproximação/filtragem entre vários países, por trás destas dicotomias havia muitas expectativas compartilhadas. As exposições validaram e estabilizaram um discurso de progresso da humanidade onde o progresso material seria a base para o progresso econômico. Este discurso se difundiu e contaminou muitas nações em busca de reconhecimento entre os ditos “civilizados”. O progresso material apresentava-se como sendo o caminho para o progresso. Trem, portos, telégrafos etc., apareciam como sendo vetores de mudanças econômicas e o crescimento desta seria fundamental para a industrialização. Sendo a economia o vetor de desenvolvimento material e industrial, fazia-se necessário buscar comércio para as riquezas nacionais.

Esta ânsia de tudo catalogar e mostrar para ver quanto vale passou a integrar as Exposições Universais e delas o Brasil também passou a fazer parte a partir da exposição de 1862 em Londres. Lilia Moriz Schawrcz chama a atenção para a participação do Brasil nas Exposições Universais durante o II império brasileiro. O país participou da Exposição de 1862 (Londres), 1867 (Paris), 1873 (Viena), 1876 (Filadélfia) e 1889 (Paris). Ao buscar seu “lugar entre os países civilizados” o Brasil se

apresentava como uma nação de um rico e vasto território, esta universalização da nação passava pela diversidade das províncias. Para ser universal o Brasil teria primeiro de resolver sua diversidade interna. Unificação e universalização só poderiam ser efetuadas por um terceiro termo diferente e superior a ambos: o Estado Nacional. Foi através do patrocínio do Imperador Dom Pedro II que o Brasil participou das exposições. A configuração da nação se pautava na diversificação da natureza, na divisão do espaço nacional e na presença do Estado Monárquico. O Brasil deveria construir um discurso/imagem na totalidade de seu espaço de modo que o particular ficasse subtendido ao todo.

Há na historiografia brasileira uma espécie de “consenso” sobre a participação do Brasil nas Exposições Universais. Para os pesquisadores do tema, o país passa a participar *oficialmente* destes eventos a partir do ano de 1862, na Exposição de Londres, sendo esta a terceira grande exposição (A primeira foi em Londres em 1851 e a segunda em Paris em 1855). Mas o fato de o Brasil entrar para estes eventos apenas em sua terceira edição não mostra o alheamento do governo imperial aos acontecimentos do velho continente. Desde a Exposição de 1851 o país vinha mandando observadores para os países sedes e talvez tenha sido este o motivo de se ter atribuído a participação do país no evento de 1851. A pesquisadora Cristina Araripe Ferreira esclarece que esta dúvida surgiu porque o Brasil constava entre os expositores tanto na exposição internacional de 1851 quanto na Universal de 1855. Ela transcreve uma nota do *Jornal do Commercio* de 30 de julho de 1851 onde há um artigo de um correspondente do Brasil em Londres e este mostra que o país estava expondo um par de rédeas, um chicote e um boné gaúcho (Rio Grande do Sul) e um modelo em madeira de jangada indígena (Pernambuco). O mais interesse é que na página 1.429 do *Official Descriptive And Illustred Catalogue*¹ da Exposição de 1851 o Brasil aparece exatamente com os produtos citados. Apesar de o Brasil constar nos documentos da Exposição de Londres, os pesquisadores do tema levam em conta a participação oficial do país, que acontecerá apenas em 1862 (FERREIRA: 2011). A ausência do Brasil em Londres 1851 levou o *Jornal do Commercio* a afirmar na Corte que “com mágoa vimos, o Império do

¹ *Official Descriptive And Illustred Catalogue, 1851, Tomo III, p. 1429.*

Brasil ser riscado do mapa da América”². Embora no país ainda não tivesse realizado nenhuma exposição nacional e talvez nem soubesse como se dava de fato a exposição londrina, manifestava-se na imprensa brasileira o desejo a descobrir do que se tratava e o que se passava nas exposições.

Em 1855 acontecia em Paris a segunda Exposição Universal, inaugurada em 30 de maio e encerrada em 30 de setembro, realizada nos Campos Elíseos. Percorreram a Exposição 5.160.000 visitantes, entre eles a rainha Vitória e o príncipe Albert, que viajaram para a França para a ocasião após quatro séculos sem que um monarca inglês pisasse em solo francês (TURAZZI, 2005: p. 232). Desta exposição o Brasil também não fez parte oficial, mas enviou representantes: Raja Gabaglia, Guilherme Capanema e Gonçalves Dias (futuros membros da Comissão Científica de Exploração e também arregimentadores das exposições nacionais). Capanema escreveria, a seu ver, sobre a péssima participação do Brasil na exposição. Segundo o cientista “velas de cera de carnaúba horríveis”, lenços e guardanapos “remendados”, um chapéu de palha “todo amarrotado”, “uma celebre caixinha de costura intitulada ‘Império do Brasil’, contendo umas meadas de seda, o que no Rio causou tanto assombro e para o que aqui ninguém olha” (TURAZZI: 1995, p. 131).

Para Capanema era melhor se apresentar pela ausência. Seria menos vergonhoso, pois o progresso passava pelo reconhecimento, pela imagem que um país criava para si e para o mundo e, segundo Capanema, o Brasil não estava preparado para ingressar nas festas industriais. Gonçalves Dias, tempos depois, em 1859, ainda reclamava da falta de eficiência do governo em se apresentar neste evento. Em carta a um amigo, desabafa:

(...) a exposição já tinha começado há meses, o Brasil não tinha concorrido, - a nossa bandeira mesmo tinha sido arriada do palácio da exposição, e nós comissários brasileiros nos achávamos em uma posição singular. Assim mesmo a aceitamos e começamos com os nossos trabalhos, enquanto esperávamos as prometidas ordens do Governo para as despesas necessárias; essas ordens nunca chegaram, ou só quando já não eram precisas.³

² Jornal do Commercio na edição de 30 de julho de 1951 Apud Ferreira: 2011, p. 129.

³ DIAS, Antônio Gonçalves. *Correspondência ativa de Antônio Gonçalves Dias*, 1964, p. 250.

Os cientistas reclamavam que o progresso material realizado no país ainda não nos permitia participar de forma digna das Exposições. A falta de instituições para fomentar a indústria nacional e até mesmo promover exposições nacionais foram fatores que levaram o Brasil a não participar de forma oficial dos primeiros eventos, que além de tudo exigiam grandes somas de dinheiro e pouco retorno. Apesar do Brasil desde cedo, ter mostrado interesse em participar destes eventos recusou os convites feito pela Inglaterra para a Exposição de 1851 e pela França em 1855. A respeito do convite feito pela Inglaterra o jornal *Auxiliador da indústria Nacional* divulgava que o país se sentia lisonjeado e agraciava o evento, mas a falta de tempo não permitia que o Brasil se organizasse para o mesmo. Já em 1855 o governo brasileiro estava em uma contenda territorial com a França pela região da Guiana Francesa. As relações entre os dois países estavam tensas e este foi um dos fatores que desencorajou o Brasil a participar de forma oficial da exposição francesa (FERREIRA: 2011, p. 145-155). Apesar do Brasil também estar vivendo uma contenda diplomática com a Inglaterra no início da década de 1860 (a questão Christie, o que levaria os dois países a romperem as relações diplomáticas em 1863) o “Império do Brasil” e suas províncias aceitaram o convite britânico para a exposição de 1862 e desta vez apareceram de forma oficial no catálogo.

Interessa-nos nesta pesquisa mapear como se dava a participação do Brasil e da província cearense nos eventos expositivos. Não daremos preferências a exposições específicas (provinciais, nacionais ou universais). Tentaremos aqui dar um balanço geral dos eventos expositivos dos quais o Brasil e o Ceará participaram, tentando compreender as representações sociais elaboradas nas exposições e os mecanismos usados para este intento. Nossa intenção não será de buscar uma prática discursiva homogênea compreendida entre as várias exposições e sim perceber as tensões/intenções que norteavam a participação do Ceará nestes eventos expositivos.

Tentaremos problematizar como as exposições foram apropriadas pelos intelectuais cearenses na tentativa de criar um discurso que criava/delimitava/objetivava uma memória social para a província. A definição e a delimitação do território apareciam como condições essenciais para a “invenção” da província cearense. As

narrativas historiográficas criavam uma tradição no tempo e as riquezas da terra criavam o território no espaço (MAGNOLI: 1997, p.110).

Pesquisar a participação do Ceará e do Brasil nos eventos expositivos nos é significativo para perceber suas particularidades como parte integrante do processo de construção da nação, onde o discurso sobre o potencial da natureza do país passava pelas riquezas de suas províncias, pelo engajamento dos intelectuais cearenses na tentativa de delimitar um espaço territorial com traços próprios, uma identidade do modo de “ser cearense”. Na presente pesquisa a valorização/construção das múltiplas memórias/representações da província cearense deixa de ser a razão da pesquisa para tornar-se uma “razão” a ser pesquisada (RAMOS & RIOS: 2010, p. 216).

BIBLIOGRAFIA

DANTAS, André Dias. *Os pavilhões brasileiros nas Exposições Internacionais*. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2010.

FERREIRA, Cristina Araripe. *Difusão do conhecimento científico e tecnológico no Brasil na segunda metade do século XIX: a circulação do progresso nas exposições Universais e Internacionais*. Tese de Doutorado em História das Ciências e da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz, 2011.

LOPES, Ana Patrícia Quaresma. *Exposições parisienses Oitocentistas*. Prova final de Licenciatura em Arquitetura/DARQ/FCTUC/COIMBRA/ 2007.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da pátria: Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista/Moderna, 1997.

PLUM, Werner. *Exposições no século XIX: espetáculos da transformação Sócio-Cultural*. Bom: Friedrich-Ebert-Stiftung, 1979.

RAMOS, Francisco Régis Lopes & RIOS, KENIA. O cultivo da lembrança no multiculturalismo: além da memória, mas aquém da história. In: *Africa-Brasil-Portugal*. História e ensino de história. /Euripedes Funes, Francisco Regis Lopes Ramos, Franck Ribard, Kenia Sousa Rios (Organizadores). Fortaleza: Editora da UFC, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX/ São Paulo: Hucitec, 1997.*

SAID, Edward W. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

_____. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará*. Origem do capital estrangeiro no Brasil. Natal-RN. Editora Universitária UFRN, 1995.

TURAZZI, Maria Inez. *Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo*: Rio de Janeiro, Rocco, 1995.